

A CONTRIBUIÇÃO DOS MERCADORES NO PROCESSO DE LAICIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NA BAIXA IDADE MÉDIA (SÉCULO XIV).

Autor: Raimundo Carvalho Moura Filho

Universidade Estadual do Maranhão/CESI-UEMA

Email: joissyaquiar@gmail.com

Orientador: Witembergue Gomes Zaporoli

Doutor pela Universidade Federal do Tocantins

Email:wgzaporoli@hotmail.com

Durante a baixa Idade Média o ensino universitário e, em menor medida, o ensino secundário estiveram sob as influências da Igreja católica. Mas, sobretudo com as transformações econômicas e sociais ocorridas a partir do século XI, a ascensão dos mercadores na baixa Idade Média trouxe elementos diferenciados daqueles da concepção cristã feudal (ROMERO, 1999, p.24). A mentalidade do mercador, a busca por riqueza e pela glória, um nítido contraste com a concepção universalista da Igreja, não tardou em manifestar-se no processo de laicização da cultura. Com efeito, foi no ensino primário que a extensão dos interesses dos mercadores se manifestou declaradamente (LE GOFF, 1991, p.103-104). Diferente do ensino universitário e do ensino secundário – este último relegado principalmente às escolas episcopais - foi aí que os homens de negócios da Idade Média investiram, pois a educação dos filhos desde a mais tenra idade (sete ou oito anos) constituía-se como uma preparação para a futura profissão destes e, por extensão, a garantia da continuidade dos negócios da família. Assim, este artigo busca discutir a contribuição dos mercadores da baixa Idade Média no processo de laicização da educação na Europa Ocidental. Através do manual de comércio “*La Pratica della mercatura*” de Francesco Balducci Pegolotti datado do século XIV, discutiremos a necessidade, cada vez mais crescente pela complexidade e extensão dos negócios, dos mercadores em dominarem a escrita e as línguas vulgares. Nesse sentido, os filhos dos mercadores deviam receber uma educação voltada para as exigências do comércio, sua futura profissão.

PALAVRAS-CHAVE: Idade Média, Educação, Mercadores.

1. INTRODUÇÃO

Segundo Régina Pernoud as escolas na Idade Média proporcionavam ao alunado as noções de geometria, de aritmética, de gramática, de música e de teologia e visava a preparação para a universidade (PERNOUD, 1996, p.96). Mas a educação que os mercadores exigiam para aqueles

que darão continuidade a seus negócios, ou seja, a seus filhos, diferenciava-se daquela proporcionada pela Igreja.

Desde os primórdios da revolução comercial, a partir do século XI, momento em que a uma “revisão dos valores sociais” (BLOCH,1982, p.92), sublinhou o surgimento dos mercadores na sociedade medieval, a educação, de monopólio exclusivo da Igreja, passou a ser minada pelos interesses desse grupo que, estabelecidos no contexto urbano, passaram a abrir escolas privadas voltadas para o ensino de técnicas e praticas do comércio. O ensino primário, onde as crianças ingressavam entre sete e oito anos passou a ser, em relação ao ensino secundário e a universitário, o setor de maior influência dos mercadores na baixa Idade Média (LE GOFF, 1991, p.104).

Essa investidura, em outras palavras, a criação de escolas laicas a partir do século XII na Europa Ocidental, estava ligada às mudanças socioeconômicas que, desde o ano mil pelo menos, criou novas necessidades no âmbito da sociedade urbana medieval. *La pratica de la mercantura*, documento escrito no século XIV pelo mercador Francesco Balducci Pegolotti da companhia dos Bardi, é um manual que aponta informações diversas sobre a atividade mercantil. É indicado como se comportar no exterior; o registro dos preços e medidas de cada região; a distância de um país para outro; tornando-se assim “um compendio de informações técnicas e práticas do mundo comercial e financeiro” (DOS REIS, 2015, p.59). Acreditamos que a escrita e a leitura deste compêndio só seria possível pelos indivíduos que tinham uma experiência *a priori* em conteúdos técnicos e profissionais (LE GOFF, 1991, p.109). O ensino primário, por assim dizer, realizado tanto nas escolas privadas abertas pelos burgueses e mesmo no interior da casa paterna, são etapas de preparação para a futura profissão: o mundo dos negócios.

Este artigo busca discutir o processo de laicização da educação na baixa Idade Média através da contribuição dos mercadores. Através da abertura de escolas, focada no ensino primário, e a divulgação dos manuais do comércio a partir do século XIII, apontaremos de que maneira os mercadores se afastaram do pensamento universalista que marcara a concepção religiosa medieval.

Os mercadores e a educação

A laicização da educação na baixa Idade Média que aqui é discutido refere-se ao papel dos mercadores na educação. A ascensão dos mercadores no conjunto da sociedade medieval está liado às transformações socioeconômicas ocorridas na Europa cristã a partir do ano mil (BLOCH, 1982, p.91) . O seu ofício, a compra e venda de mercadorias, exigia conhecimentos práticos e técnicos. O

pensamento universalista que marcara a concepção religiosa medieval não poderia ser seguido rigidamente pelos mercadores pois sua mentalidade aponta para o prático, para o útil e, sobretudo, pela busca de riquezas (LE GOFF, 1991, p.84). Além do contexto religioso em que os mercadores estavam inseridos somava-se ao fato de que os senhores feudais detinha a propriedade, a terra. Assim a mentalidade burguesa nasce dentro e contra a mentalidade cristã feudal (ROMERO, 1999, p.29). Esta concepção toma a realidade como pertencente ao sobrenatural, tal como aponta na Bíblia “o Senhor é meu pastor, nada me faltará” (SALMOS, 23:1)

A mentalidade burguesa por outro lado, propõe que a divindade não atua de forma aleatória e os homens também podem criar (ROMERO, 1999, p.34).

Embora a Igreja católica tenha monopolizado o ensino desde os primórdios da Idade Média, algumas transformações socioeconômicas, como o crescimento populacional e o movimento urbano que se deu partir do século XI, contribuíram para o surgimento das escolas privadas. É no contexto urbano onde novas necessidades surgem, como a formação de jurista em decorrência do aumento de tribunais e a formação técnica de mercadores, “para atender a crescente procura de bens e que precisavam elaborar contratos, escrever cartas, controlar lucros e estoques” (FRANCO JÚNIOR, 2001, p.158).

Contudo, embora as escolas passaram a ser difundidas a partir do século XI a Igreja não deixou de reafirmar o seu domínio e monopólio sobre o ensino. Em 1179, no Terceiro Concílio Ecumênico de Latrão, presidido pelo papa Alexandre II, foi concedido autorização de se abrir escolas àqueles que tivessem interesse e aptidão. Essa atitude revela uma postura interessante da Igreja católica em relação à educação. Demonstra que, na concepção dos clérigos, o ensino era efetivamente seu. A ideia de que “se concedia a *licentia docendi* era por que lhe pertencia” (FRANCO JÚNIOR, 2001, p.160). Philippe Ariès pontua ainda que essa concessão por parte da Igreja não veio sem nítidas limitações como, por exemplo, restringir o ensino nas *sccola* a uma forma de gramática incipiente (ARIÈS, 1978, p.166). Não de se estranhar que essa liberdade de ensino veio sobre pressões sociais.

As escolas primárias e o lar eram ambientes que os filhos dos mercadores recebiam instruções e desenvolviam uma formação técnica (LE GOFF, 1991, p.111). Com a ideia de dar continuidade aos negócios da família, a educação dos filhos dos mercadores busca um ensino prático, diferente daquele proposto pelas escolas episcopais, onde as crianças eram admitidas entre sete e oito anos e o ensino preponderante era o de teologia e música (PERNOUD, 1996, p.96).

Nesse processo de laicização da educação os mercadores contribuíram para minar os alicerces da educação proposta pelos clérigos, pois, como aponta Jacques Le Goff, “para [os mercadores] os seus negócios, tem necessidade de conhecimentos técnicos. Por sua mentalidade, visa ao útil, ao concreto, ao racional.” (LE GOFF, 1991, p.103). Por essa perspectiva os manuais de comércio, difundidos sobretudo a partir do século XIII na Europa Ocidental, faziam parte das necessidades reais, profissionais e técnicas dos mercadores no complexo mundo dos negócios (DOS REIS, 2015, p.43). É importante salientar também que essas necessidades estavam ligadas ao comércio à longa distância e às viagens para regiões distantes da terra natal dos mercadores. Era preciso, por assim dizer, conhecer línguas vulgares, as distancias exata de um país para outro e o valor de mercadorias diversas.

Como exemplo desses manuais dispomos de *La Pratica de mercantura*¹ de Francesco Balduci Pegolotti. Foi redigido por volta do século XIV quando Pegolotti era representante de uma rica família de Florença, os Bardi. O nome pelo qual ficou conhecido esse manual foi a partir da edição de Gian-Francesco Pagnini no século XVII (DOS REIS, 2015, p.53).

Assim *La Pratica della Mercatura* de Francesco Balducci Pegolotti “configura-se essencialmente como um manual técnico de prática mercantil cuja finalidade era a de servir de guia de consulta para mercadores experimentados no mundo dos negócios” (REIS, 2015, p.63). Nessa perspectiva, Jacques Le Goff acrescenta que “assim justificado e até exaltado, o mercador medieval pode dar livre curso ao seu gênio. Seus objetivos são a riqueza, os negócios, a gloria.” (LE GOFF, 1991, p.84).

Após o fim das invasões “barbaras”, sobretudo com o fim da presença dos sarracenos no Mediterrâneo, foi possível o revigoração do comércio a longa distancia entre as regiões da Europa ocidental. E na busca por mercadorias em outras regiões os mercadores tem necessidade do conhecimento de línguas. Este conhecimento era essencial pois “para ser bem sucedido, o mercador tem de saber línguas e, em especial, o latim e o francês porque são as mais difundidas” (GUREVIC, 1991, p.167). Se torna indispensável ao mercador conhecer, ou que estivesse acompanhado de alguém que conhecesse as línguas vulgares, embora o francês inicialmente tenha sido a língua predominante, no mundo dos negócios, sobretudo pela importância das feiras de Champagne (LE GOFF, 1991, p. 107). Assim recomenda Pegolotti aos seus pares “as coisas que precisam os

¹ PEGOLOTTI, Francesco Balducci. *La Pratica dela Mercatura*. The Mediaeval Academy of America. Cambridge: Massachusetts, 1936

comerciantes que querem fazer o acima exposto (viagem a Gattio)”. Esse “deverá conduzir pelo menos dois bons soldados que conhecem bem a língua *cumanesca*” (Pegolotti, 1931, p. 21, grifo nosso).

Além do conhecimento de línguas vulgares, é possível extrair do manual a importância dada ao domínio da escrita. Em uma sociedade onde a grande maioria dos homens era analfabetos, onde escrever era um privilégio de poucos, em suma, do clero de um modo geral (GUREVIC, 1991, p.178), o mercador não podia medir esforços para aprender e permitir a seus filhos, futuros mercadores, o aprendizado da escrita comercial. “Escrever com razão e não errar. Amém” assim recomenda Francesco Pegolotti (PEGOLLOTTI, 1931, p.20).

Nessa perspectiva, a escrita para o mercador se torna uma condição inerente ao seu ofício, “ela atende às crescentes necessidades da contabilidade mercantil, da escrituração, da redação de documentos comerciais” (LE GOFF, 1991, p.105). O domínio da escrita estava ligada, por tanto, às necessidades do comércio.

Considerações finais

Neste artigo buscamos discutir como os mercadores contribuíram no processo de laicização da educação na baixa Idade Média. Enfatizamos que embora a Igreja católica dominasse o ensino universitário e o ensino secundário ao longo da Idade Média, o ensino primário por outro lado, sobretudo a partir do Terceiro Concílio Ecumênico de Latrão, pôde ser realizado pelo setor privado. Foi nesse setor que os mercadores, sinônimo de burgueses, passaram a manifestar o interesse em abrir escolas.

Apontamos também, através do conceito de mentalidade, como as necessidades dos mercadores em sua atividade profissional, o mundo dos negócios (transações, viagens à longa distância, o conhecimento de línguas vulgares e o domínio da escrita) refletiu-se na difusão dos manuais de comércio a partir do século XIII. A esses dois domínios (as escolas particulares e a difusão dos manuais de comércio) concordamos com Jacques Le Goff: são reflexo da laicização da educação (LE GOFF, 1991,), pois aí se verifica os interesses por conhecimentos práticos e técnicos em detrimento da filosofia universalista adotado pela Igreja.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMBONI, Vanderlei. **O mercador nas feiras da idade média**: a civilidade do ato de comprar e vender. Anais da Jornada de Estudos Antigos e Medievais. Universidade Estadual de Maringá. 2011.

BLOCH, Marc. **A sociedade feudal**. Edições 70, 1982.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. **A Idade Média**: O nascimento do Ocidente. 2. Ed. Ver. E ampl. Brasiliense, 2001.

GUREVIC, Aron Ja.. **O mercador**. IN: LE GOFF, Jacques. **O Homem medieval**. Editorial Presença, Lisboa, 1989

HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do Homem**. Zahar, 1981.

LE GOFF, Jacques. **O Homem medieval**. Editorial Presença, Lisboa, 1989.

_____ **Mercadores e Banqueiros da Idade Media**. [tradução Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

PERNOUD, Régina. **Luz sobre a Idade Média**. tradução Antonio Manuel de Almeida Gonçalves. Publicações Europa-América. 1996.

PEGOLOTTI, Francesco Balducci. **La Pratica dela Mercatura**. The Mediaeval Academy of America. Cambridge: Massachusetts, 1936.

REIS, Jaime Estevão dos. **Os Manuais de mercadores da Idade Média: Uma análise Comparada do Zibaldone Da Canal e o La Pratica Della Mercatura**. Revista de História Comparada, Rio de Janeiro, v.9, n.1, p.43-68, 2015.

ROMERO, José Luis. **Estudio de La mentalidade burguesa**. 1° ed. 3° reimp. Buenos Aires: Alianza, 1999.